

Rui espera economizar mais de R\$ 400 milhões por ano com reformas

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

O governador reeleito Rui Costa (PT) justificou, ontem, os projetos enviados para a Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA). As propostas visam cortar cargos, extinguir estatais e aumentar a contribuição do servidor público de 12% para 14% para a Previdência da Bahia. Em entrevista coletiva, o chefe do Palácio de Ondina ressaltou que o estado tem uma das piores arrecadações tributárias do país e que estimativa é de um déficit de R\$ 4 bilhões para Previdência neste ano e que pode chegar a R\$ 8 bilhões em 2022. Rui Costa afirmou

que, se as medidas não forem adotadas, haverá daqui a quatro anos um "colapso" na Previdência. "Não nos resta outra alternativa. Alguém poderia dizer 'governador isso acontecerá quando você acabar o governo, deixa aí'. Isso não faz parte da minha história de vida e do meu caráter. Não posso lavar as mãos por receio de algum desgaste", ressaltou. "O que estamos fazendo agora são medidas também preventivas, assim como foi feito em 2014, para evitar as dificuldades que devem se apresentar nos próximos quatro anos. Segundo análises, 2019 não será um ano de rápida retomada da economia e essa ação era urgente", emendou.

O governador ressaltou que 10 estados já elevaram

alíquota previdência e a maior parte para 14%. Segundo ele, a medida vai atingir os ativos e apenas os aposentados que ganham mais de R\$ 5,6 mil. O chefe do Palácio de Ondina salientou, também, que estipulou um teto salarial de R\$ 22, 4 mil (que é o salário do governador) para evitar que o reajuste do Supremo Tribunal Federal (STF) provoque aumento de gastos na máquina estadual. Segundo ele, no estado, 2,5 mil pessoas ganham acima deste valor definido. Segundo o governador, as medidas vão gerar uma economia superior a R\$ 400 milhões anuais.

"[Com o projeto enviado para Assembleia], aperfeiçamos a redação da Constituição estadual. Replicamos a Constituição federal. Não



O GOVERNADOR Rui Costa justificou os projetos enviados para a Assembleia Legislativa da Bahia para cortar cargos e extinguir órgãos

fizemos nenhuma criatividade. O que fiz foi copiar a Constituição federal e colocar na estadual. [...] O objetivo é que as pessoas não tivessem o aumento que o STF teve. Se a gente não adota essas medidas, as pessoas poderiam ter R\$ 6 mil, R\$ 7 mil de aumento de uma vez só. Ninguém terá R\$ 1 de redução, mas também ninguém se beneficiará do aumento do STF. Com isso, nem retira nem permite que tenha aumento salarial de R\$ 6 mil, de 7

mil", declarou. "Eu olho para o contracheque [de um servidor público] e não consigo entender tamanha criatividade que transforma um salário baixo em R\$ 80 mil", acrescentou.

Rui Costa afirmou que decidiu enviar uma proposta da AL-BA a fim de transformar a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder) em superintendência por causa da "improdutividade". "Temos quatro anos negociando com os funcionários para

reestruturar a empresa. A Conder tem quase 70% do seu quadro aposentado. Boa parte tem acima dos 70 anos. Não tem como tocar uma empresa que, das 500 pessoas, 370 são aposentadas. Fica uma empresa improdutiva. Que não presta o serviço que o povo baiano precisa", pontuou. O governador disse que pediu à Assembleia Legislativa autorização para negociar a Bahia Pesca, mas ainda não definiu qual será o destino da estatal. "[Pode ser] a venda pura e simples. Um projeto de PPP [Parceria Público Privada], concessão ou algum tipo de parceria para que, de fato, seja produtiva. [Quero que] onde tenha unidade da Bahia Pesca a gente possa produzir, gerar emprego e renda para as pessoas", ressaltou.

Rui Costa criticou, ainda, decisões judiciais que têm, segundo ele, afetado as contas estaduais. O petista citou, como exemplo, um concurso que ocorreu na década de 1990 no governo de Antonio Carlos Magalhães. O resultado, segundo o chefe do Executivo baiano, é que os concursados ingressaram na Justiça e "vão se aposentar sem nunca ter trabalhado". "Sabe quanto é essa conta? R\$ 260 milhões", condenou.

POLICLÍNICAS

ACM Neto rebate governador sobre alvarás de obras



ACM NETO rebateu o governador Rui Costa, que afirmou que o Executivo municipal atrasa obras do Estado

DA REDAÇÃO

O prefeito ACM Neto (DEM) acusou o governador Rui Costa (PT) de mentir ao afirmar que o Executivo municipal atrasa obras do Estado na cidade ao não liberar alvarás de licença e construção, inclusive para a implantação de uma policlínica em Escada, no Subúrbio. "O governador está mentindo. O alvará já foi concedido. E não havia sido concedido antes porque o responsável pela obra não havia quitado a taxa junto à Secretaria de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur), como todo mundo tem que fazer. Ou ele [Rui Costa] vive em outro planeta ou está perdido a ponto de dizer uma sandice dessas", declarou o prefeito, durante inauguração da Unidade de Saúde da Família

(USF) de São Marcos, na manhã de ontem. O Alvará de Licença de Construção para a implantação da policlínica foi liberado no dia 23 de novembro, segundo a prefeitura. Desde o dia 11 de outubro, quando o documento já havia sido liberado, a Sedur aguardava o pagamento da taxa por parte da Conder. A Sedur destacou que o processo de licenciamento dessa policlínica teve uma tramitação mais cautelosa, tendo em vista que o local onde o equipamento será construído está inserido na área ambiental do Parque Urbano de Escada.

O governador também acusou a prefeitura de atrasar a ligação viária entre Lobato e Campinas de Pirajá. Só que o embargo, de acordo com a prefeitura, ocorreu por prática de crime

ambiental, no dia 14 de novembro. Os resíduos de construção civil estariam sendo descartados de forma irregular em um aterro clandestino, localizado no bairro de Sete de Abril, na Avenida Aliomar Baleeiro. A Sedur afirmou que não casou a licença do aterro de inertes, como afirmou o governador, pois o local não possui a licença para realizar esse tipo de serviço.

A Conder, o Consórcio Transoceânico, o proprietário do terreno e a empresa Solumaq Soluções em Locações de Máquinas foram autuados por descarte irregular de entulho e supressão de vegetação. A Conder apresentou defesa e o documento está sendo analisado pela Sedur. Para ACM Neto, o governador faz acusações à prefeitura para tentar tirar de foco as medidas

que está tomando logo após as eleições, a exemplo do aumento da alíquota de contribuição para os aposentados e pensionistas do Estado. "Rui Costa está no governo há 12 anos, somando os tempos de secretário e governador, e ainda tenta pôr a culpa pelos seus erros no passado". "Ele [Rui Costa] está naturalmente envergonhado porque em pouquíssimo tempo a máscara caiu. Ele e seu grupo encobriram o rombo que praticaram nos cofres do Estado, fato que a oposição denunciou várias vezes, e agora penalizam o servidor e a população. Logo ele que pediu para que os eleitores não votassem nos deputados que se colocaram a favor da reforma da Previdência. Ele não tem autoridade para fazer isso com os inativos".

PCdoB e PPL se fundem para cumprir cláusula de barreira

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

Um ato na cidade de São Paulo no fim de semana selou a fusão entre o Partido Comunista do Partido Brasil (PCdoB) e o Partido Pátria Livre (PPL), aprovada por aclamação. A razão da junção das duas legendas da esquerda é para atingir a cláusula de barreira. O ato político se constituiu de uma sessão conjunta do Comitê Central do PCdoB e do Congresso Extraordinário do PPL se realizou na sede do Sindicato dos Eletricistas, no bairro da Liberdade. A legenda manterá nome, símbolo,

estatuto e programas do Partido Comunista do Brasil. "Fizemos uma busca de um somatório de forças para vencermos a barreira. O PCdoB, por alguns erros de percurso, não cumpriu a cláusula. Tínhamos a condição de cumprir, mas não cumprimos. Ficamos a muito pouco de cumprí-las. Fizemos nove deputados, mas não em nove estados. E o PPL fez apenas um deputado. A legislação não permite. Houve uma série de reuniões e concluímos que havia compatibilidade programática e desejo dessa incorporação", afirma a deputada federal baiana Alice Portugal

(PCdoB) à Tribuna.

No dia anterior, 1º de dezembro, o Congresso Extraordinário do PPL aprovou sua incorporação ao PCdoB e indicou, também, um elenco de 40 lideranças para compor a direção nacional comunista. Por sua vez, a direção do PCdoB aprovou a incorporação do PPL e convocou um Congresso Extraordinário para 17 de março do ano próximo, que terá como pauta a eleição de um novo Comitê Central para concluir o processo. Nesse sentido, foi aprovado uma nominata de 170 nomes, dos quais 130 são os atuais membros do PCdoB



ALICE PORTUGAL afirmou que o PCdoB, "por alguns erros de percurso, não cumpriu a cláusula" de barreira

e 40 indicados pelo PPL.

Essa nominata será objeto de deliberação dos congressos das duas legendas, que se reunirão em sessão conjunta em 17 de março, conforme dispõe a lei. As presidências das duas siglas, nos seus pronunciamentos, destacaram o alto

nível das conversações que atravessaram o mês de novembro, empreendidas por uma Comissão de Enlace formada por 12 membros.

Indagada se os comunistas correm risco com o presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL), Alice Portugal alerta que sim. "Acho que toda a

democracia e os democratas brasileiros sofrem riscos. O filho dele disse que o Brasil não voltará a ser um país socialista. Tenho a impressão que o Brasil não chegou a ser um país socialista. Nós estávamos apenas começando a amadurecer a nossa jovem e imperfeita democracia. Portanto, há riscos sim. O governo de Bolsonaro se apresenta como um dos governos mais entreguistas da história da República", criticou. Davidson Magalhães, presidente do PCdoB na Bahia, celebrou nas redes sociais a união das duas legendas. "São duas correntes políticas revolucionárias, patriotas. Que em diversos momentos históricos estiveram perfiladas na luta em defesa do país e do povo brasileiro".

Fábio Mota apresenta fundo de mobilidade a vereadores



O SECRETÁRIO de Mobilidade, Fábio Mota, apresentou, ontem, o Fundo Municipal de Mobilidade aos vereadores de Salvador

DA REDAÇÃO

Em resposta a questionamentos de vereadores sobre o PL nº 309/18, que cria o Fundo Municipal de Mobilidade Urbana, o secretário de Mobilidade, Fábio Mota, disse que o FMMU não é exclusivo para a área de transporte. "É um fundo garantidor e que tem como foco toda a área de mobilidade, é preciso que isso fique bem claro. Ele pode ser utilizado, por exemplo, como garantia pelas concessionárias para renovação da frota de ônibus de Salvador", frisou em reunião para apresentar o projeto, na tarde de ontem, no Salão Nobre da Câmara Mu-

nicipal de Salvador (CMS). O presidente Leo Prates (DEM) disse que o convite a Mota foi feito em atenção à solicitação da bancada da oposição para aumentar o debate democrático e a transparência. E parabenizou o vereador Hélio Ferreira (PCdoB), presidente da Comissão de Transporte, por ter sido o autor do projeto de indicação que serviu de base para a elaboração da proposta do Executivo, que será votada na Câmara no próximo dia 12.

Hélio Ferreira anunciou que o projeto que cria o FMMU será discutido em audiência pública da Comissão de Transporte, na sexta-feira (7), às 14h, no auditório do Anexo Bahia

Center. Ele se disse satisfeito com a disposição da prefeitura em criar o Fundo, mas demonstrou interesse em apresentar sugestões para aprimorar o texto que está em tramitação na Casa. "Minha proposta foi desfigurada", ressaltou Hélio Ferreira, defendendo que o Fundo tenha explícito um cunho social, com subsídios para pessoas que comprovadamente não têm como pagar o transporte coletivo.

Segundo Fábio Mota, o FMMU terá algumas possibilidades de recursos, como as outorgas onerosas estabelecidas nos contratos de concessão do serviço público de transporte, arrecadação de multas

contratuais aplicadas às concessionárias, doações e subvenções, bem como rendimentos de aplicações financeiras do Fundo.

Entre os objetivos está também o de financiar estudos e pesquisas para melhoria da mobilidade urbana. A líder da bancada da oposição, Marta Rodrigues (PT), classificou o projeto como polêmico e também apontou que a necessidade de ser definida uma finalidade social, como subsidiar as linhas não lucrativas. Questionaram o secretário, ainda, os vereadores Téo Senna (PHS), Duda Sanches (DEM), Sabá (PV), Sílvio Humberto (PSB), Suica (PT) e Joceval Rodrigues (PPS).